

A TRISTEZA DE SER SOCIÓLOGO NO SÉCULO XXI *

Héctor Ricardo Leis **

RESUMO:

O texto analisa as limitações da sociologia para entender as recentes transformações da modernidade. Em particular, interessa especialmente pensar as dificuldades epistemológicas existentes nas raízes teóricas da sociologia para enfrentar as tarefas derivadas da revolução biotecnológica em curso e seus impactos eugênicos sobre a sociedade futura. Argumenta-se que a principal destas tarefas seja uma revisão interdisciplinar das relações entre o conceito de natureza humana e os valores sociais e políticos em vigor. Para melhor compreender o desafio radical da modernidade do século XXI aos valores da modernidade clássica se apresentam duas figuras heurísticas: o dilema da modernidade técnica e a contradição da sociologia.

PALAVRAS CHAVES:

teoria social, modernidade, natureza humana, eugenia

* GT de Teoria Social, XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 17 a 21 de outubro de 2000, Caxambú – MG.

** Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Tornaram-nos familiares com os pontos de vista materialísticos sobre a Natureza, desde a infância, e só aqueles que são congenitamente muito místicos alguma vez pensam em os considerar como não razoáveis. Mas no que concerne à Humanidade, a educação é de uma espécie inteiramente diferente. A criança é criada com entidades metafísicas estranhas, tais como o Bem Absoluto, Sistema Político e Económico Absolutamente Perfeito, Razão Pura, Direitos Naturais, e muitos outros monstros sobrenaturais da mesma espécie. O resultado deste estado de coisas é muito claramente visível no mundo moderno. Comparadas com a ciência ocidental, as ciências sociais são rudimentares. Estão, mais ou menos, naquele estado que estava a ciência quando os fenômenos exteriores eram julgados ainda em termos de uma filosofia introvertida. É de desejar que chegue o tempo em que aquelas atividades humanas cujo cenário é o mundo exterior sejam tratadas como matérias de fato, como nós tratamos agora os objetos não humanos.

Aldous Huxley (c. 1927)

É claro que qualquer avanço importante não pode depender de correções acidentais dos sintomas sociais e políticos, ou de arranjos casuísticos nas engrenagens políticas do mundo, ou ainda de uma melhor educação. Precisamos contar, cada vez mais, com a elevação do nível genético das habilidades práticas e intelectuais do homem.

Julian Huxley (c. 1937)

- I -

Sempre houve festas. Na América Latina, das décadas de 60 e 70, aconteceram algumas tão difíceis de esquecer, como de tornar compreensíveis para as gerações atuais. Entre as melhores estavam as organizadas pela sociologia. Em certa forma, recriando o sucesso tido na Europa e nos Estados Unidos várias décadas antes, as festas eram detonadas por um insaciável espírito sociológico. É verdade que os sociólogos sempre padeceram alguns males como, por exemplo, acreditar que a realidade era eminentemente social e que qualquer problema podia sempre ser evitado ou consertado através da ação social. Mas também é verdade que esses defeitos ainda não eram graves e se compensavam longamente assumindo-se que nenhum tema ou nenhuma suspeita sobre os fundamentos teóricos ou práticos da sociologia era leviano. Deste modo, ao lado de polémicas mais tradicionais em torno de positivismo, materialismo histórico, democracia liberal ou revolução social, surgiam permanentemente intensos debates sociológicos que iam de Walt Disney até os movimentos sociais do Terceiro Mundo, das últimas expressões do cinema e teatro europeu até os discos voadores, das novas teorias sobre os signos até os problemas internacionais da guerra e da paz, etc. Literalmente, tudo servia de escusa para organizar uma alegre festa sociológica.

Comparado com aquilo, o presente da sociologia é certamente uma tristeza. Parece claro que ela se domesticou e perdeu seu poder de convocatória frente à sociedade e, em particular, frente às novas gerações. Para quem não sabe (ou não gosta de lembrar), a sociologia hoje quase não é procurada pelos jovens que ingressam nas universidades e, quando isso acontece, na maioria dos casos é como segunda opção de carreira profissional. Nos anos 60 e 70, pelo contrário, a sociologia era procurada como primeira opção por uma proporção maior de jovens, em muitos casos os melhores representantes de sua geração.

Melhores em relação a sua preocupação altruísta pelo bem comum, melhores em relação a sua capacidade intelectual e muitos outros atributos. As causas desta mudança devem ser procuradas nas características da juventude de hoje? Certamente que não, não podemos culpar os jovens (e também não a algum presidente sociólogo) pela baixa atual da sociologia. Ela não resulta de uma visão de marketing errada, nem dos supostos avanços da burguesia ou retrocessos da universidade pública, nem muito menos da suposta perda do sentido da utopia por parte da gente. Esses fatores podem contribuir em algum grau, mas eles não são decisivos. A causa principal desta crise não é externa mas interna, reside no estancamento e perda de iniciativa da própria sociologia nas últimas décadas. Em outras palavras, a sociologia parece estar num processo no qual, ao mesmo tempo que aumenta seus defeitos, diminui suas virtudes. Ela conservou e aumentou seu reducionismo e moralismo de origem, porém limpando-os progressivamente dos conteúdos irreverentes e transgressores que a acompanhavam também de origem, perdendo assim grande parte de sua capacidade crítica que tão bem a identificava. Me parece que isto explica muito melhor a atração que ela exercia na juventude dos 60 e 70, e a falta de atração que exerce hoje.

Embora as causas deste insucesso sejam basicamente internas à sociologia, isto não quer dizer que a realidade enquanto tal não mudou. Nas últimas décadas a realidade pisou no acelerador, mudando vertiginosamente para rumos desconcertantes, mas paradoxalmente a sociologia começou a pisar no freio, ficando presa a paradigmas que, em função do anterior, tornaram-se cada vez mais obsoletos. Parecera que a sociologia percebeu sua obsolescência, porém invés de revisar seus pressupostos e paradigmas científicos para seguir avançando na compreensão da realidade, ela tivesse procurado a saída dando um salto para o abismo que estava dentro dela mesma. Ela não fugiu nem para o passado, nem para o futuro, fugiu para dentro de si mesma. Por isto, a sociologia está hoje muito mais perto de uma disciplina moral do social, que da outrora indisciplinada ciência do social.

Para alguns esta transformação se assemelha à da lagarta em borboleta. Mas estão enganados se pensam que isto é motivo de orgulho. É verdade que as aparências sedutoras da moral e da borboleta parecem aproxima-las, mas também é verdade que a beleza da borboleta depende da feiura da lagarta. E assim como não existe borboleta sem lagarta, no mundo moderno também não existe uma moral autêntica desvinculada da ciência. A pretensão da sociologia de comportar-se moralmente é tão superficial e tonta como seria a pretensão da borboleta de querer nascer diretamente borboleta. Não obstante, estamos assistindo a uma “borboletização” da sociologia, já que embora ela continue achando que tudo é social, agora não parece achar necessário fazer suas incursões até outras disciplinas para nutrir-se de elementos enriquecedores. Antes a sociologia era explicitamente reducionista e implicitamente interdisciplinar. E era esta conexão interdisciplinar que a tornava crítica, ainda querendo ser borboleta. O retrocesso é tão grande que hoje já resulta difícil saber se a transformação das principais correntes da sociologia em moralizações do social se deve ao fato de ter perdido sua conexão interdisciplinar ou, vice-versa, se esta situação aconteceu por causa de sua transformação numa doutrina que patrulha o social para dizer o que está certo e o que está errado do ponto de vista moral e das costumes (ou opiniões das massas) .

Hoje a sociologia se apresenta a si mesma como uma disciplina politicamente correta, como um saber cujos objetivos são perseguir bandidos e ajudar mocinhos (sejam estes atores ou processos). A moralização atual da sociologia é tal que as coisas “ruins” que habitam na sociedade (economia, Estado, indivíduos, etc.) tendem a ser derivadas para os campos de pesquisa de outras ciências. Para dar esse pulo para dentro de seu próprio abismo, a sociologia se viu obrigada a recriar seus fantasmas. Na sua origem e durante muito tempo ela travou uma luta heróica contra os fantasmas do passado. Luta que, com os olhos de hoje, seria considerada politicamente incorreta, porque esses fantasmas, em não poucos casos, recebiam um enorme apoio popular. Em outras palavras, na idade de ouro da sociologia não eram as massas as que demandavam as mudanças recomendadas pelos sociólogos. Por esquerda ou por direita (seja contra os anseios de Marx ou contra os de Durkheim, para coloca-lo em termos mais sociológicos) a maioria da população tinha saudades do passado e medo do futuro (lembramos que até muito pouco tempo a sociologia era preconceituosa em relação a ampla maioria da população mundial que vivia no meio rural, longe das luzes das cidades e da fumaça das indústrias). É um fato que nem o capitalismo, nem o comunismo, vieram acompanhados pelo consentimento da maioria. Foram as elites, burguesas num caso e revolucionárias no outro, que fizeram as coisas acontecer (ao custo de muito sofrimento e milhões de mortos, diga-se também).

Parece então que ninguém se perguntou ainda como uma ciência, que na sua origem e desenvolvimento posterior de muitas décadas foi politicamente incorreta em fortes doses (circunstancia que de um modo ou outro ainda se aplicava a seu contexto de inserção na realidade latino-americana dos anos 60 e 70), deu a virada atual. Em outras palavras, como se explica que a sociologia lutava ontem contra os fantasmas do passado e hoje lute contra os fantasmas do futuro? Mais ou menos até os anos 60 e 70 os sociólogos colocavam o perigo no passado e a salvação no futuro, como então pode ter passado despercebido, sem uma reflexão apropriada, o fato de que hoje as coisas estão praticamente invertidas, que eles passaram praticamente de arautos do futuro a saudosistas do presente? Como se explica o paradoxo da sociologia sentir-se agora ameaçada pelos poderes da história, amo que ela antes servia e elogiava? Isto é uma reviravolta oportunista ou epistemológica? Qual é a culpa inconfessa que está por trás do não reconhecimento destas mudanças?

- II -

Não se pense que estou falando apenas da sociologia no Brasil. Igual que com outras coisas, Brasil aqui também exagera um pouco, porém os males da sociologia aparecem como um problema mundial e não local ou regional. Mas, já que estamos no Brasil, não estaria mal dar uma olhada (indiscreta) nos papers apresentados pelos sociólogos nos congressos (ANPOCS, SBS, etc.), em seus projetos de pesquisas financiados pelo CNPq ou em seus artigos publicados nas revistas mais prestigiadas de nosso meio (RBCS, Dados, Novos Estudos, Lua Nova, etc.). Veríamos então que a maioria (não todos, obviamente) dos trabalhos e projetos dos sociólogos abordam temas tradicionais da sociologia de um modo sociológico tradicional. Não pretendo entrar na polemica estéril de definir o que é tradicional e o que não é (que o leitor examine e julgue), mas de qualquer forma parece-me que a questão central a ser elucidada não se refere tanto aos temas e/ou objetos de estudo mas a forma de aborda-los. Se for preciso um indicador para comprovar as afirmações

anteriores sugiro percorrer as referências bibliográficas da produção dos últimos anos. Não é muito difícil verificar então que a grande maioria dos trabalhos sociológicos contemporâneos utilizam marcos teóricos fortemente exclusivos e repetitivos. Embora, sociologicamente falando, isto não esteja necessariamente errado, fica difícil diferenciar nestes trabalhos o que surge da análise do objeto daquilo que já se sabia a partir do marco teórico utilizado tradicionalmente pelo pesquisadores desse campo. Não é que não existam, mas são pouco frequentes os exemplos onde podemos encontrar a utilização de uma bibliografia com fortes interfaces com outras disciplinas (talvez um dos melhores antídotos contra a excessiva confusão entre objeto e marco teórico que denuncio).

Volto a reiterar que nas festas dos anos 60 e 70 as coisas não eram assim. A sociologia mantinha um espírito mais ensaístico e não se apresentava tão separada das outras ciências sociais (nem mesmo da filosofia). Isto criava um clima vital e alegre no qual ninguém se perguntava muito se o que fazia era sociologia ou qualquer outra coisa, mas tocava para frente todas as questões que apareciam. Alias, foi isto o que sempre fizeram nossos grandes sociólogos, de um Gilberto Freire até um Florestan Fernandes. Ambos, por exemplo, quando se cruzaram com o desafio de estudar o tema das relações raciais no Brasil, idealizaram projetos que produziram uma fascinante fusão teórica e empírica de perspectivas que hoje seriam consideradas como exclusivas da Sociologia, Antropologia, Psicologia, História ou Filosofia. As observações acima não tem poucas implicações epistemológicas. Se o fundamental é observar e explicar a realidade tal como ela é (como foi escrito com letras maiúsculas pelo grande Maquiavel ao inaugurar os trabalhos científicos sobre a realidade social e política nos primórdios da época moderna), o fato de utilizar uma bibliografia bem disciplinada poderia sugerir (entre outras coisas) que as principais linhas da sociologia estão mais interessadas em mostrar como deveria ser a realidade do que em pesquisar como ela é efetivamente. É difícil saber se a sociologia foi alguma vez uma ciência crítica em tempo integral, mas certamente ela nasceu com essa vocação, ela surgiu sobretudo da luta contra pensadores que se apoiavam no senso comum e a moral da época para fazer suas afirmações.

O moralismo na sociologia expressa o desejo de realizar um determinado projeto ou modelo de sociedade. O problema não reside na existência de um modelo concebido com fins hermenêuticos, reside na confusão do mesmo com a boa ordem, com a ordem correta do ponto de vista moral. Isto leva a que, quanto mais a realidade se aparta desse projeto, maior seja o abandono da ciência pelos sociólogos e maior sua transformação em moralistas. A rigor, não ver a realidade tal como ela é deriva tanto de deficits epistemológicos quanto de excessos moralistas, ambos agindo de forma interligada. Quando a análise da realidade social ganha em cientificidade (caso de Maquiavel, por exemplo), a separação entre ciência e moral fica bem clara e não existe subordinação nenhuma dos conteúdos da primeira em relação à segunda. Mas, quando acontece o contrario, quando as análises se recusam a observar a realidade de modo coerente, a separação entre ciência e moral fica confusa e a primeira tende a subordinar-se à segunda para melhor justificar-se discursivamente. Obviamente, em cada época histórica os problemas epistemológicos são diferentes. No começo da Idade Moderna o pensamento rebelou-se contra as concepções teológico-metafísicas sobre a natureza humana e a sociedade, por isto ele caminhou na direção da constituição de saberes científicos

disciplinares. No presente, parece-me evidente que, entre outras tarefas, o pensamento deve insurgir-se contra as concepções ideológico-positivistas-racionalistas que permeiam as diversas disciplinas, indo na direção da constituição de saberes científicos interdisciplinares sobre a natureza humana e a sociedade.

A sociologia pensa a sociedade deixando entre parênteses sua concepção da Natureza em geral e da natureza humana em particular. Com poucas exceções, os sociólogos arrepiam os cabelos quando ouvem falar da hipótese da existência de uma natureza humana. Quase que reivindicando o relato do Gênese, onde os primeiros seres humanos (pelos delitos associados de Eva, Adão e Caim) são violentamente colocados para fora da Natureza primitiva e condenados a depender exclusivamente de seus próprios esforços vivendo em sociedade, a sociologia pretende também substituir ou transformar a natureza humana em algo eminentemente social cujos resíduos naturais pouco importam. Porém, para deixar em claro que é uma disciplina secularizada, a sociologia inverte o mito do Gênese num aspecto essencial. Se na mensagem bíblica a sociedade aparecia ligada indissociavelmente à “queda” do Paraíso, para a sociologia é o inverso. Se na Bíblia a salvação está fora da sociedade, para a sociologia a salvação estará dentro, ela nos induz a pensar que a sociedade é progressivamente boa e que a Natureza é apenas um obstáculo a ser superado no caminho do progresso e aperfeiçoamento social. Assim sendo, os seres humanos teriam tudo a ganhar esquecendo sua natureza humana e concentrando-se apenas na sua condição social.*

- III -

O conhecimento científico não autoriza a ninguém a ser otimista ou pessimista em relação ao significado extra-científico de seus fatos. Se duas galáxias colidem, ainda que com isso sejam hipoteticamente destruídos milhões de mundos como o nosso, os astrofísicos certamente não ficam nem mais deprimidos, nem mais alegres. Se as ciências naturais descobrem uma relação familiar insuspeita entre os humanos e o resto dos primatas, isto também não torna mais otimista ou pessimista a nenhum naturalista. Max Weber (1967) nos lembra que na atividade científica não estão em jogo as conseqüências para os seres humanos derivadas dos avanços do conhecimento (seja teórico ou tecnológico), embora esses avanços possam trazer-lhes alegrias ou tristezas. O que está em jogo, precisamente, é o próprio avanço do conhecimento científico. A sociedade pode destinar recursos para a pesquisa científica caminhar numa direção ou em outra, os avanços podem surgir de forma impensada e imprevista, mas sempre que acontece um verdadeiro descobrimento ele se incorpora à realidade basicamente como fato, sendo a sociedade que, posteriormente, lhe atribuirá ou não um determinado sentido ou valor. Isto quer dizer que a ciência muda nossa percepção da realidade, mas a valoração da realidade é um processo social mais amplo. Nenhum europeu do século XIX deixou de lado seu etnocentrismo após o descobrimento de Darwin, nem ninguém pensa hoje que tem algo errado no cosmos quando duas galáxias

* Não está de mais lembrar aqui que o conceito de condição humana, desenvolvido por Hannah Arendt (1958), embora destinado a superar as aporias de um pensamento reduzido a analisar apenas a condição social do homem moderno, nunca conseguiu penetrar a fundo a teoria sociológica, permanecendo no campo da filosofia social e política.

entram em rota de colisão. Por isto, acredito que os únicos sentimentos permitidos na ciência (mesmo quando assume posições críticas ou interpretativas) dizem respeito aos avanços ou retrocessos do conhecimento como tal. Que significa então a permanente queda para o otimismo que exibem as principais correntes da sociologia contemporânea, independentemente de seus fanstasmas ter-se deslocado do passado para o futuro?

Certamente este otimismo não é generalizável. Por exemplo, autores como Weber e Pareto, nos começos da sociologia, ou como Foucault e Luhmann, mais recentemente, não me parece que encorajem seus leitores a verem as sociedades modernas como lugares de salvação. Por isso o sentido último de seus análises é sempre derivado ao juízo de valor do leitor. Porém, a massa dos sociólogos contemporâneos não comunga com os fundamentos epistemológicos da obra desses autores, ainda quando se aproveitem deles para realizar seus análises. A maioria dos sociólogos se sentem mais confortáveis ao lado de autores clássicos como Marx e Durkheim, ou de contemporâneos como Touraine, Giddens e Habermas, para os quais o mundo social é (ou pode chegar a ser em determinado momento) muito mais o resultado da ação de atores ou sujeitos conscientes e/ou de forças sobre as quais estes exercem algum tipo de controle. Por este caminho, a ação social deriva em ação moral e a sociologia em otimismo.

De fato eu não tenho nada contra o otimismo no plano pessoal (os médicos até comentam que ajuda à saúde). Mas insisto, na ciência a questão do otimismo (ou pessimismo) não tem cabimento, nem pela porta, nem pela janela. No caso da sociologia, o otimismo é a manifestação mais visível do reducionismo que torna tudo o que é humano em uma questão social, e tudo o que é social em algo que depende, em última instância, de nossa vontade. Deste modo, a natureza humana acaba transformada em algo “bom” ou, na pior das hipóteses, em algo neutro. Se nosso destino depende de nossa própria vontade não temos como não ser otimistas! O ingresso do otimismo no pensamento social foi garantido por Rousseau, com tanta sorte (ou desgraça) que até hoje continua inspirando a maioria dos que navegam pelas diversas vertentes da sociologia. Ora, diz Rousseau, se as coisas estão mal é porque os seres humanos fizeram a sociedade errada, trata-se então de fazer a sociedade certa e tudo ficará bem. A dignidade da espécie humana foi salva! Antes de viver em sociedade a espécie humana era moralmente neutra. Embora possuídos por uma espécie de compaixão natural (seus membros eram conhecidos na época como “bons selvagens” ou coisa parecida), os seres humanos não tem que se preocupar com sua natureza senão com a sociedade escolhida.

É difícil não cair na armadilha de Rousseau. Não obstante, ainda que caindo nelas, os erros de pensadores como Marx e Durkheim foram sem culpa e nenhuma crítica pode-lhes ser feita em nome da ciência. As visões da natureza humana, oferecidas pelos filósofos sociais clássicos (Rousseau incluído) e as outras disciplinas da época (biologia e psicologia incluídas), eram tão pobres e/ou fantasiosas que bem podiam ser colocadas entre parênteses na hora de fundamentar a nova ciência da sociedade. Em certa forma, isto continuou valendo até a revolução da psicologia (leia-se também psicanálise), que explodiu já faz um certo tempo, e a revolução da biologia (leia-se também ecologia), que explodiu um pouco mais recentemente. É por isto que Marx e Durkheim não cometeram grandes erros, embora tenham errado muito mais que Weber e Pareto. Mas hoje, o isolamento disciplinar da

sociologia que reflete a obra de um Habermas ou Giddens constituem, sem dúvida, erros graves e culposos. Suas teorias são um retrocesso em relação ao espírito de um Weber ou um Pareto, em cujas obras não encontramos nada parecido às esperanças oferecidas por uma teoria da Ação Comunicativa ou da Modernidade Reflexiva. Teorias estas que nos levam a acreditar que, por maiores que sejam as mudanças e por mais graves que sejam as circunstâncias, os seres humanos continuam sempre tendo a seu alcance ferramentas capazes de construir a sociedade certa. Seguindo a interpretação destes autores pareceria que a espécie humana nunca perde sua dignidade, apenas perde seu tempo.

Aqueles sociólogos que neutralizam ou descaracterizam a importância da natureza humana para compreender a vida social e que, numa operação convergente, pressupõem a bondade da ação social, estão afirmando algo mais (ou algo menos) que uma hipótese científica. Eles estão transformando esses supostos em fundamentos míticos ou religiosos de seus trabalhos, de modo tal que os mesmos não podem ser discutidos (a maioria das vezes porque nem sequer são explicitados), e muito menos refutados (não existe nenhum acontecimento deste mundo que possa demonstrar o contrário). O mais engraçado disto é que esses sociólogos não percebem que estão operando de um modo não-científico. Precisamente, seu reducionismo os impede de ver que seus supostos são mais religiosos que científicos.

Um pouco antes tinha levantado a hipótese que a sociologia, quando de algum modo percebeu sua obsolescência, acabou dando um pulo para dentro dela mesma, evitando assim reabrir o debate de seus antecedentes e pressupostos epistemológicos. O qual teria implicado certamente revisar sua relação com a ciência em geral. Em relação a biologia esta revisão está cheia de obstáculos, derivados particularmente do promiscuo relacionamento de ambas no passado. Os principais autores clássicos fundadores da sociologia construíram suas teorias reagindo, precisamente, contra explicações do social de fundo biologicista (Leis, 1999). De Aristóteles e Tomas de Aquino até Spencer e Comte, as explicações da sociedade e da política eram dadas por analogia às concepções biológicas da época. A sociedade era quase sempre comparada com um organismo vivo e as instituições sociais com os órgãos de um corpo que deviam adaptar-se funcionalmente a seu ambiente. Em Durkheim a metáfora organicista não desaparece totalmente, mas é evidente que enfrentou o evolucionismo biológico de Spencer e outros, afirmando claramente que os fenômenos sociais não podem ser explicados a partir de variáveis biológicas como raça, instinto, etc. No caso de Marx, sua teorias da luta de classes rejeita bastante a analogia organicista, assim como também enfrenta decidiamente qualquer reducionismo biológico dos problemas sociais (como aparece claro na sua polêmica com Malthus). Embora Weber e Pareto também participaram do esforço reducionista para fundar a sociologia, eles certamente foram muito mais abertos que Marx e Durkheim a pensar a sociedade dentro de modelos multicausais onde os fatores biológicos (entre outros) foram considerados de forma mais equilibrada. Resumindo, os clássicos da sociologia desenvolveram um pensamento relativamente marcado pelas reações contra interpretações biologicistas da sociedade. Mas como já fora comentado antes em relação aos erros de Marx e Durkheim, seria incorreto ver as teorias dos clássicos como um retrocesso em relação as anteriores. Pelo contrario, os clássicos, sempre que contextualizados historicamente, representam um avanço sobre as teorias sociais de sua época. De fato, o retrocesso ficou por conta de seus

discípulos que, por estarem excessivamente presos aos ensinamentos recebidos, não souberam nem como avançar, nem como retroceder.

- IV -

Será que a sociologia do século XXI terá a coragem de recuperar os grandes temas civilizatórios sem preconceitos de nenhuma classe? Será que conseguiremos recuperar os olhares de um Tocqueville, no século XIX, ou de um Weber, no século XX, capazes de enxergar, através das águas turvas do presente, a história do futuro? Será que a recente recaída moralista da sociologia não é mais que o recrudescimento dos sintomas antes da cura completa do paciente? Ou será que a sociologia está numa fase terminal, condicionada fortemente pelo subjetivismo dos diversos projetos dos atores sociais? Será que (oh!) as concepções da ordem social que dominam a sociologia desde sua fundação constituem uma reação e inversão do objetivismo das concepções dos cientistas naturais? Não será, no final das contas, que existe ainda uma disputa pendente entre as ciências da sociedade e as ciências da vida?

Tratemos de encontrar algumas pistas e hipóteses que nos ajudem a responder estas perguntas. Sabemos que a modernidade promoveu grandes mudanças sociais, exemplificadas notoriamente na Revolução Francesa. Na época que estas coisas aconteciam, a sociedade estava estruturada em torno de hierarquias esclerosadas que há muito tempo não facilitavam o progresso humano. Em certa forma, a modernidade derrubou uma sociedade baseada num princípio de hierarquia total (em teoria ninguém era igual a ninguém em nenhuma circunstância), para promover uma outra sociedade baseada num princípio de igualdade total (também em teoria, tudo mundo é igual a tudo mundo em qualquer circunstância). Da mesma forma que na sociedade pré-moderna, por culpa de uma hierarquia imposta artificialmente, era cada vez mais difícil reconhecer e aproveitar os verdadeiros méritos das pessoas e, deste modo, a sociedade se tornava cada vez mais injusta e degradada, hoje também, por culpa de uma igualdade imposta artificialmente, torna-se cada vez mais difícil obter reconhecimento e fazer justiça com os esforços e virtudes de cada indivíduo. Obviamente, apesar dos resultados serem parecidos, não é fácil compara-los na medida que respondem a princípios de organização social opostos (hierarquia e igualdade). De qualquer forma, me atrevo a fazer, pelo menos, uma comparação. Como resultado da degradação social produzida pela incapacidade de reconhecer os méritos das pessoas, encontramos na sociedade medieval um forte parasitismo social e mental entre as classes altas, enquanto que na sociedade atual o parasitismo encontra-se estendido, envolvendo tanto aos setores mais altos como mais baixos da sociedade. Sair do radicalismo hierárquico para cair no igualitário parece ter servido para popularizar o parasitismo social, não para suprimi-lo.

A sociedade humana, nos melhores momentos de sua história, sempre manteve um equilíbrio entre as virtudes das classes altas e das classes baixas, assim como também uma responsabilidade social proporcional entre elas pelo desenvolvimento da sociedade em seu conjunto. Mas que acontece quando, como agora, temos uma população que cresceu quase sem limites nos setores mais baixos e desqualificados, os quais, em muitos casos, para sobreviver se vem condenados a demandar do resto mais do que eles sequer podem chegar

a oferecer-lhe? Aqueles que reclamam saúde e educação (além de outras políticas públicas) para todos por igual pressupõem que estes fatores, se corretamente implementados pelo Estado, igualariam a população humana num padrão comum, onde tendencialmente seria impossível encontrar qualquer base para o surgimento da desigualdade social que não tivesse seu origem em fatores sociais preexistentes (como a propriedade privada, por exemplo). Quem assim pensam esquecem o que até o próprio Rousseau, um dos maiores defensores do igualitarismo, reconhecia que existem também desigualdades naturais a ser levadas em conta. Obviamente, tais desigualdades naturais ou genéticas são extremamente difíceis de avaliar e não vai ser um teste para medir a inteligência lógico-matemática ou o QI das pessoas que vai resolver a questão. Igual que com as “bruxas”, podemos não acreditar nas desigualdades naturais, mas elas existem e não adianta esconder a cabeça como faz o avestruz (ou a sociologia).

Não são poucos os testemunhos de vidas (como aconteceu com Florestan Fernandes, por exemplo) que sem um acaso favorável teriam sido talentos perdidos. É precisamente entre as classes baixas onde podemos encontrar um maior numero de homens e mulheres inteligentíssimos e virtuosos, mas que nunca tiveram oportunidades para desenvolver suas aptidões. A massificação das sociedades pelo aumento da população e da miséria, por um lado, e as dificuldades para avaliar corretamente os méritos dos indivíduos, por outro, são os principais fatores que dificultam descobrir esses talentos para evitar que se percam. Que fazer, então? Limitar o crescimento populacional? Aprofundar a implementação de políticas publicas? Deixar as coisas como estão e ver que passa? Lutar pela revolução? Tomar exames de avaliação de desempenho a todos e por todo (até para poder exercer a cidadania)? Um pouco de tudo e mais ainda? Como já antecipei, acredito que não cabe aos sociólogos dizer o que deve ser feito frente a um problema qualquer, mas cabe sim pesquisar o problema para que os atores responsáveis pelas soluções que venham a ser tomadas possam estar bem informados, equacionando corretamente todas as variáveis em jogo.

Mas quais são as variáveis aqui? A sociologia fala como se as conhecesse todas, mas isto não é verdade. A sociologia não conhece nem sabe como tratar os homens e mulheres individuais, conhece em tudo caso os cidadãos e os diversos setores sociais que integram a sociedade. De fato, quando se pede mais educação, mais políticas públicas em geral, se está renunciando ao desenvolvimento dos seres humanos concretos, identificando-os apenas com suas capacidade socialmente valiosas. O resto da personalidade, o que os seres humanos tem de mais humano (incluindo sua espiritualidade), fica de fora. Não pesquisar a relação entre a expansão da massificante educação atual e a expansão ou não dos méritos, em geral, e dos diversos tipos de inteligência existentes nos seres humanos (não apenas a lógico-matemática), em particular, é continuar pensando em termos reducionistas a evolução da humanidade. Que a educação influi fortemente no desenvolvimento humano é uma verdade evidente, mas embora não seja tão evidente não é menos verdade que existe um desenvolvimento hereditariamente condicionado que sugere caminhos diversos para a realização da felicidade humana e que essa mesma educação massificante ignora (Huxley, s/d). Fora da sociologia (e das chamadas ciências da educação, obviamente) não parece ser tão difícil aceitar que os seres humanos não são iguais, nem do ponto de vista social, nem

do natural, e que são tanto um resultado diferenciado de seu ambiente e educação como de seus fatores hereditários.

Os pensadores realistas sabem que a política não deve adaptar-se à racionalidade humana mas a natureza humana, que as instituições sociais existem para os seres humanos, não os seres humanos para as instituições sociais. Portanto, se queremos instituições que funcionem devemos colocá-las em sintonia com a natureza humana. Mas como julgar as instituições existentes ou imaginar novas se não conhecemos a natureza humana ou, se como fazem os sociólogos, ignoramos que ela existe? Por incrível que pareça, os aspectos centrais de nossos princípios e instituições políticos e sociais atuais foram definidos, entre os séculos XVII e XIX, por um amplo espectro de pensadores (Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Montesquieu, Hegel, Marx, Stuart Mill, etc.), que apoiavam seus trabalhos nas diversas concepções de natureza humana disponíveis na época. Isto supõe um belo quiproquó, já que as ciências sociais, de um modo geral, continuam ainda atribuindo legitimidade às instituições imaginadas por autores que, de acordo com a ciência contemporânea, apresentam concepções quase mitológicas da natureza humana. Não será que com os conhecimentos produzidos no século XX pela psicologia e, especialmente, pela biologia deveríamos repensar nossas idéias tradicionais sobre os indivíduos, a sociedade, o Estado e a democracia, por exemplo?

As novas idéias e pesquisas biológicas (num espectro que cobre da ecologia dos grandes ecossistemas até a bio-neurologia do cérebro humano, passando pela engenharia genética), nos convocam a repensar nossas instituições tanto quanto convocam à sociologia a dedicar uma boa parte de seus esforços ao trabalho interdisciplinar, especialmente com a biologia. Ainda que a sociologia não seja imputável pelos trabalhos dos filósofos sociais dos séculos XVII a XIX, ela não pode ficar moralizando ou criticando de fora os descobrimentos científicos e possibilidades tecnológicas que recolocaram, no final do século XX, a questão da natureza humana no centro do cenário. Falamos mais acima que a sociologia da a impressão que tivera medo do futuro. A recusa de entrar com força total no debate aberto pela atual revolução biológica confirmaria esta hipótese, na medida que suas conseqüências para a evolução da humanidade são dramáticas. Estamos falando, nada mais nem nada menos, que de discutir em profundidade e sem preconceitos as implicações teóricas e práticas das transformações eugênicas que, em muito pouco tempo, estarão sendo produzidas pela engenharia genética (associada, especialmente, ao Projeto Genoma Humano, o qual tem previsão de concluir antes do 2002 o mapeamento genético de nossa espécie).

A velha eugenia justifica plenamente a antipatia dos sociólogos. Kevles (1997) mostra claramente como a maioria de seus defensores de fim de século XIX e primeiras décadas dos XX (os quais, curiosamente, se concentravam tanto na Alemanha que iria cair em mãos de Hitler, como nos liberais Estados Unidos e Inglaterra, que caminhavam para enfrentar ao nazismo), estavam guiados muito mais pelo ressentimento e os preconceitos do que pela pesquisa científica (obviamente, as exceções não eram poucas, entre elas encontramos proeminente biólogos que militavam dentro de uma esquerda moderada, como Julian Huxley e Herbert S. Jennings, ou mesmo dentro do marxismo, como Lancelot Hogben e J. B. S. Haldane). As correntes dominantes da velha eugenia queriam basicamente mudar a sociedade através de políticas discriminatórias ou genocidas, seja por motivos patológicos,

raciais ou religiosos. Era uma eugenia que, paradoxalmente, escondia detrás de suas reivindicações hierarquizantes uma forte meta igualitária ou niveladora, como ficou claro no caso do nazismo, onde o Estado definiu o padrão biológico ao que todos os cidadãos deviam adequar-se e aqueles que não enquadravam deviam ser eliminados através de políticas de extermínio gradual ou total. Os que restassem seriam todos biologicamente iguais.

Mas a atual proposta eugenica guarda distancias enormes com a anterior, para começar nem aparece identificada com o nome (Rifkin, 1998, recupera o conceito de alquimia para então sugerir o de algenia para expressar a idéia da nova eugenia). A eugenia do século XXI aparece despolitizada, sem nenhuma vinculação com qualquer questão racial e muito menos religiosa. Ela chega impulsionada pelas pesquisas dos cientistas, pelas forcas do mercado e pelos desejos das pessoas de evitar doenças e melhorar suas capacidades físicas e mentais. A distancia entre uma e outra proposta fica clara quando observamos que a nova eugenia inverte o paradoxo da anterior, esta agora aparece empacotada em discursos que prometem benefícios para toda a humanidade, mas suas metas são claramente hierarquizantes. Agora não temos nenhuma cama de Procusto niveladora, o acesso à engenharia biogenética através do mercado vai garantir aos indivíduos que eles estabeleçam seu próprio padrão hereditário (o Estado, no melhor dos casos, continuará fazendo o mesmo que até agora na área da saúde publica, generalizando entre a população apenas uma terapia genética básica para erradicar doenças de grande impacto social).

Porém, as práticas genéticas que se avizinham introduzirão uma hierarquia impensada entre a população, caracterizada por uma elite de pessoas que adquirirão uma base genética superior, consistente em melhorias substanciais de inteligência, memória e aptidão física, assim como numa maior longevidade, e uma massa composta por indivíduos que ficarão excluídos da possibilidade de melhorar sua base genética em forma significativa. Nada permite suspeitar que esta hierarquização da sociedade vai acontecer de forma pensada ou consensual, atendendo aos méritos reais das pessoas. Os alcances individuais da engenharia genética poderão, eventualmente, ser decididos reflexivamente (à Giddens) ou comunicativamente (à Habermas), mas o alcance global da mesma simplesmente vai acontecer (acompanhando a ação sistêmica do mercado e/ou das novas tecnologias). E assim como ninguém pensa hoje que seria viável fazer uma campanha para fechar todas as clínicas e hospitais privados do mundo, de modo a garantir a todos igual acesso à saúde através de instituições publicas, que ninguém pense que vai ter alguma viabilidade qualquer campanha moralista (encabeçada pela sociologia?) contra a nova eugenia, destinada a impedir o acesso privado às benesses da engenharia bio-genetica.

- V -

Retomemos a comparação entre as sociedades pré-moderna e moderna. Já tivemos uma sociedade tremendamente injusta por culpa da imposição de uma hierarquia artificial que claramente obstaculizava o reconhecimento do verdadeiro mérito das pessoas. Depois de alguns séculos de modernidade as coisas não são necessariamente melhores. Assim como antes se incentivava o parasitismo, através de diversos mecanismos hierarquizantes que não garantiam (muito pelo contrario, impediam) que os melhores fossem para a frente, a

sociedade atual também incentiva o parasitismo através de diversos mecanismos niveladores que, como no caso anterior, também impedem ou dificultam que sejam os melhores os que vão para a frente. O escândalo sociológico fica evidente quando não registramos qualquer tentativa de análise crítica dos pressupostos que justificam a existência dos mecanismos niveladores em vigor. A crescente emergência de movimentos direitistas neo-nazis em muitos países do Norte anuncia de modo perverso esta ausência de capacidade crítica da sociedade e seus intelectuais. Assistimos assim a uma saturação mental das possibilidades de continuar expandindo o princípio igualitário, mas sem entender os motivos profundos de tal saturação.

No Sul as carências críticas parecem até maiores. O populismo é parte integrante da alma popular e das práticas políticas e institucionais. Que no Sul padecemos uma espécie de inversão perversa da sociedade pré-moderna pode ser comprovado com alguns exemplos escandalosos. No caso brasileiro, por exemplo, apesar da legislação em contrário, ainda temos algumas universidades federais que se rebelam contra a “arbitrariedade” de normas hierarquizantes e, com o consentimento da maioria de seus integrantes, escolhem suas autoridades (incluindo os reitores) por voto universal, igualando assim alegremente, na capacidade de escolha para instituições e funções tão complexas e dramaticamente vitais, a professores titulares em fim de carreira com estudantes calouros, e a servidores técnicos sem segundo grau com a de professores doutores titulados em universidades de excelência. O voto, essa ferramenta vital para o exercício de uma autêntica democracia, é outro exemplo. Invés de ser incentivada sua transformação em um exercício consciente de uma cidadania esclarecida, ele é constantemente nivelado para baixo. No Brasil de hoje, as autoridades políticas são escolhidas pelo voto praticamente compulsório de um nivelado espectro de pessoas que inclui tanto a analfabetos como a apáticos adolescentes. Quem acredite que votar não requer possuir nenhum mérito especial, que não exige uma preparação cuidadosa do cidadão e a correspondente comprovação dessa preparação, acredita assim que o exercício da cidadania expressado no voto é mais fácil e menos importante para a vida da sociedade que dirigir um carro na rua (para o qual, por exemplo, se requer uma boa preparação e aprovar um exame de habilitação).

Embora seja difícil saber quais seriam os caminhos mais adequados para garantir melhor o reconhecimento individual e aproveitamento social dos recursos humanos existentes na sociedade, não por isso devemos poupar críticas aos modelos disponíveis. O interessante a destacar aqui é que, igual que qualquer outro sistema vivo ou não-vivo, as sociedades enfrentam permanentemente a possibilidade de bifurcações ou mudanças profundas (Prigogine, 1983). Em termos gerais, poderia ser dito que as injustiças, ineficiências e qualquer outro tipo de perturbações são sinais de instabilidade que anunciam essas mudanças. Nas atuais circunstâncias é impossível não considerar provável a hipótese de uma bifurcação associada à emergência da nova eugenia e ao impasse de um modelo de sociedade baseada em princípios democrático-igualitários, mas que na prática levam ao nivelamento forçado de boa parte dos indivíduos e facilitam o parasitismo.

Certamente, o resultado desta bifurcação pode ser pior ou melhor para a sociedade, em comparação do que temos hoje. Mas a avaliação deste fenômeno é altamente paradoxal. A sociedade é um sistema complexo, não-linear, devido ao qual suas alternativas não sempre

podem ser descobertas por antecipado. Em outras palavras, a dinâmica da realidade pode ser prevista em algum grau, mas seu sentido dificilmente pode ser avaliado antes dele acontecer. Não se trata então de pedir à sociologia que impeça ou ajude no parto de qualquer coisa, apenas de pedir-lhe que cumpra seu papel de ciência e ajude a compreender os acontecimentos da sociedade contemporânea. Que ajude a pensar melhor os falsos dilemas entre medievais e modernos, entre hierarquia e igualdade, entre Natureza e sociedade, etc. Que ajude a pensar as bifurcações e cruzamentos possíveis entre estes fatores. Em resumo, que nos ajude a estar melhor preparados para enfrentar o futuro. Que nos ajude a responder quais seriam, por exemplo, os pressupostos científicos e políticos para viabilizar uma sociedade onde os méritos e virtudes individuais não sejam obstaculizados por falsas hierarquias ou igualitarismos, sejam de origem natural, social ou técnico? Que ajude a imaginar uma sociedade democrática que, baseada nos méritos reais das pessoas, expanda tanto o princípio de hierarquia como o de igualdade sobre bases justas. Ou, em outras palavras, que tente pesquisar o olho do ciclone, invés de deixar-se levar pelo vento.

Até a década de 80 do século XX, os sociólogos foram razoavelmente escutados quando afirmavam que apenas por meio de mudanças sociais (educação, políticas públicas, novos valores, etc.) seria possível fazer avançar a sociedade na direção de um maior progresso moral e humano. Durante muitas décadas se aceitou que o comportamento humano estava quase exclusivamente associado à educação e ao entorno familiar e social, não restando quase nada para os fatores hereditários ou biológicos. Ainda nos anos 70, a sociobiologia (Wilson, 1978) tentou inverter esta equação, mas foi severamente rejeitada pelos sociólogos, num caso de rara unanimidade. Mas hoje a compreensão da exclusividade e/ou reducionismo e/ou moralismo dos argumentos sociológicos está chegando a seu fim e os sociólogos parecem querer ser os últimos a perceber-lo. Se a sociologia se isolar mais uma vez, colocando o rotulo de politicamente incorreto sobre as pesquisas que estudam os fundamentos genéticos do comportamento social ou que se orientam pela intenção de aperfeiçoar a natureza humana, em pouco tempo estará reduzida a uma seita e, o que é pior, terá perdido a batalha sem lutar, deixando aos biólogos conduzir o debate político-científico com a sociedade para definir o sentido da nova eugenia.

Não aceitar os desafios da biologia deve ser considerada uma deserção dos sociólogos de suas obrigações com a ciência. E mais ainda, na medida que sem o chão da ciência não existe a possibilidade de desenvolver uma verdadeira moral para a vida moderna, fugir desta responsabilidade representa também uma atitude imoral. Em outras palavras, o sociólogo não pode dizer, por exemplo, que a eugenia é politicamente incorreta e imoral, que portanto qualquer proposta eugênica deve ser rejeitada sem conversa. Sendo que os avanços da engenharia genética tornam hoje a eugenia uma proposta viável que foge ao controle do Estado, a obrigação dos sociólogos é começar a pesquisar junto com os biólogos, cientistas de outras disciplinas e filósofos, para abrir um debate científico-filosófico produtivo em torno do que é natural e o que é social na natureza humana, assim como as derivações disto para o desenvolvimento humano. A sociologia e a biologia necessitam uma “terapia de grupo”, mas que nunca precisam reconciliar-se e integrar-se em equipes interdisciplinares para estudar a hiper-complexa equação que relaciona os fatores genéticos e os sociais em todos os planos do comportamento humano (todos mesmo,

recorrendo toda a gama de um espectro que incluía tanto a política como a religião, o amor como a inteligência, a dança como a amizade).

A sociologia não pode mais continuar desconhecendo a urgência das questões latentes na modernidade técnica atual. Entrevejo que estas questões se organizarão em torno de um dilema que muito precisaria da ajuda de um Sófocles para ser apresentado em toda sua dramaticidade. Na falta de outros recursos, permitam-me que apresente o dilema como pergunta: a evolução dos indivíduos como espécie (entendendo isto basicamente como um melhor desenvolvimento das condições genéticas da espécie enquanto espécie) é contraditória ou convergente com a evolução dos indivíduos como sociedade (entendendo isto basicamente como um melhor desenvolvimento das condições materiais e espirituais da sociedade enquanto sociedade)? Dilema hiper-complexo que nos desafia a pensar em transformações profundas nas dimensões social e biológica dos seres humanos. Seria uma expressão de muito provincianismo acreditar que a sociologia pode, na sua atual fase borboleta, responder sozinha, fora de uma abordagem interdisciplinar, às perguntas introduzidas pela técnica moderna a nossa civilização, especialmente pela presente aventura computacional-informática-biotecnológica.

Nas últimas décadas houve festas nas quais os sociólogos não foram convidados. Sabemos que numa das mais badaladas foi celebrado o casamento entre as ciências da informação e as ciências da vida. Fico imaginando o que seria um *ménage à trois*, introduzindo as ciências sociais na intimidade do casal. Autores como Luhmann e Castells, embora por ângulos diferentes, acredito que não veriam com maus olhos o namoro da sociologia com as ciências da informação. Mas onde encontrar hoje um cientista social da estatura de um Gregory Bateson, que nos anos 70 era capaz de integrar e transitar sem solução de continuidade por áreas das mais diversas da vida social, psicológica e natural? Os conhecimentos científicos na área da biologia prometem uma revolução biológica. E então, ninguém melhor que os sociólogos para namorar as revoluções! Ironias do destino, agora que as revoluções sociais (sejam do tipo francês ou russo) não assustam a mais ninguém, nos damos o luxo de ter uma revolução tecnológica cada 24 horas. A de anteontem foi a dos computadores, a de ontem a da informação e a de hoje é a biotecnológica. Todas estas revoluções (mais as que estão nos museus) aparecem primeiro com as mãos cheias de promessas e nos deixam bastantes felizes por um tempo. Um pouco depois começam as dúvidas, mais um pouco os problemas e mais outro pouco, quase sem percebê-lo, ficamos cheios de riscos e também de dívidas. De dívidas contraídas para atender aos danos deixados pelo terror revolucionário. Neste sentido, parece óbvio que a biotecnológica é mais demandante de atenção que nenhuma outra revolução anterior. Na medida que ela promete algo tão valioso como a própria vida, é lógico esperar também uma quota maior de “terror”.

- VI -

O reducionismo dos clássicos (ainda dos mais recalcitrantes), nunca lhes impediu de entender o social em sentido amplo, isto é, o social nunca deixou de ser pensado por eles de forma interdisciplinar. Embora esta interdisciplinaridade se dava dentro de um campo relativamente restrito, integrado basicamente pelas ciências sociais e humanas

(basicamente: sociologia, antropologia, psicologia, economia, geografia e historia) e a filosofia, de qualquer forma isto evidencia que suas abordagens eram abertas e permitiam o contatos com uma diversidade de teorias e dados empíricos que extrapolavam o estritamente sociológico tal como hoje é entendido. Mais acima me perguntava pela culpa inconfessa que levou aos sociólogos a ocultar suas manobras e saltos político-epistemológicos, as respostas para explicar esta culpa apontam a duas causas, uma maior e outra menor. A causa maior reside precisamente no fato dos sociólogos contemporâneos não terem querido enfrentar a contradição estabelecida de nascença na sociologia, entre uma proposta (epistemológica) interdisciplinar e uma visão (ontológica) reducionista da realidade. Contradição que está sendo tratada da pior maneira, tentando suprimir um de seus lados. A culpa inconfessa reside no anacrônico reducionismo dos discípulos que, por não querer avançar na direção de uma maior interdisciplinaridade daquela de seus mestres, estão agora pretendendo estabelecer uma disciplina moral para um objeto cada vez mais complexo.

Além do pulo suicida para o próprio abismo, existe outra falsa saída bastante enganosa que também não resolve. Não tenho a bola de cristal, mas não me estranharia que a revolução de amanhã (ou depois de amanhã) seja interdisciplinar ou transdisciplinar, seja lá o que isso vai significar (não foram poucas as vezes que, lendo notas de divulgação científica, encontrei afirmações ininteligíveis do tipo “estamos entrando na era da interdisciplinaridade”). Assim sendo, de repente a sociologia pode cair na tentação de adotar uma retórica interdisciplinar, mas sem se comprometer com uma reforma epistemológica forte que mexa com seus supostos básicos. Se a sociologia não volta a ser transgressora e faz da interdisciplinaridade uma intra-inter-disciplinaridade, se vai para a festa dos outros mas não traz também a festa para dentro de casa, chegando até o núcleo de seus fundamentos e redefinindo sua concepção de natureza humana, qualquer mudança será apenas cosmética.

Last but not least, a causa menor da culpa inconfessa. Ela reside no fato que, parte desta conversão dogmática foi imposta pela lógica das instituições e a política acadêmica. Esta conversão dos discípulos dos mestres não está isenta de um certo interesse material dado pela proliferação e institucionalização dos programas de pós-graduação (em todas as áreas, não apenas em sociologia), que foram abrindo nichos de cada vez maior especialização (por exemplo, um mesmo curso de doutorado na época de Florestan Fernandes permitia o desenvolvimento de teses que hoje estão separadas entre vários cursos com fronteiras bem defendidas).

Concluindo, quando pouco após o fim da Segunda Guerra Mundial emergiram os problemas ambientais e os sociólogos deixaram os biólogos quase falando sozinhos sobre a crise ecológica, tivemos uma prova das dificuldades dos primeiros para lidar com questões interdisciplinares de amplo espectro e, em particular, para relacionar-se com os trabalhos dos segundos. Isto se traduziu numa fraqueza histórica considerável do debate ambientalista, que ficou durante várias décadas sujeito a vários tipos de catastrofismos, por conta de centrar-se quase exclusivamente em variáveis naturais, por esquecer e/ou não saber como fazer o vínculo com às sociais. Mas a fraqueza do lado sociológico do ambientalismo não é nada quando comparada com a fraqueza da sociologia para assumir a

problemática ambiental como um desafio importante para pensar os pressupostos da sociedade moderna. Porém, se a questão ambiental tinha grau 10 de importância, a questão biotecnológica colocada hoje tem grau 100! Deixar outra vez os biólogos praticamente falando sozinhos sobre as bifurcações e meandros da sociedade eugênica (e, por enquanto, nada me faz pensar que não vai ser assim), vai ser um dos comportamentos mais bizarros da história da sociologia. Sua casca de otimismo e moralismo não vai conseguir esconder o medo que os sociólogos sentem por pesquisas que colocam em discussão alguns dos supostos religiosos básicos da sociologia (e da sociedade moderna construída pela sociologia). Pelo fim das festas que aprendi a gostar, me vai parecer também uma tristeza.

Bibliografia Utilizada

- ARENDDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago, University of Chicago Press, 1958.
HUXLEY, Aldous. *Sobre a Democracia e outros estudos*. Lisboa, Livros do Brasil, s/d
KEVLES, Daniel J. *In the Name of Eugenics*. Cambridge, Harvard University Press, 1997.
LEIS, Héctor Ricardo. *A Modernidade Insustentável*. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.
PRIGOGINE, Ilya. *Tan solo una ilusión?* Barcelona, Tusquets, 1983.
RIFKIN, Jeremy. *The Biotech Century*. Londres, Penguin Putnam, 1998.
WEBER, Max. *El Político y el Científico*. Madri, Alianza, 1967.
WILSON, Edward O. *On Human Nature*. Cambridge, Harvard University Press, 1978.